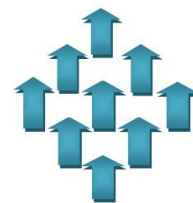


GJTPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA
CNPJ 13.363.520/0001-00



RESOLUÇÃO Nº 002/GJTPREVI/2024

DISPÕE SOBRE A MANUALIZAÇÃO E MAPEAMENTO DOS PREOCESOS DE PENSÃO E REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE, DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA – GJTPREVI.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA – GJTPREVI, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Parágrafo Único do Artigo 55 da Lei Municipal Complementar nº 025/2022:

CONSIDERANDO a grande necessidade de manualizar os processos de Pensão e também as Revisão de Pensão por Morte do GJTPREVI, no atendimento das ações do Pró-Gestão;

CONSIDERANDO que as atividades do Instituto de Previdência são continuadas e que cada seguimento da gestão necessita de um roteiro para concessão e acompanhamento dos processos;

CONSIDERANDO as normas vigentes disciplinam sobre as estruturas da unidade gestoras e suas respectivas áreas de atuação.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do GJTPREVI a Manualização e Mapeamento dos Processos de Pensão e Revisão de Pensão por Morte, visando melhores práticas e agilidade nas concessões dos benefícios pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Governador Jorge Teixeira.

Art. 2º São Anexos desta Resolução a Manualização e Mapeamento dos Processos de Pensão e Revisão de Pensão por Morte.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Jorge Teixeira/RO, 08 de fevereiro de 2024.

Edivaldo de Menezes
Presidente GJTPREVI
Dec. nº 8553/GP/2021



MANUALIZAÇÃO DE PROCESSO: CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE

Processo: Concessão de Pensão Por Morte.

Unidade Gestora: Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Governador Jorge Teixeira – Ro.

Executora: Coordenação de Benefícios.

Unidade Atendida: Departamento Administrativo Previdenciário.

REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA: Art. 15 á 19 e seus incisos, da Lei Municipal nº 025 de 24 de Novembro de 2022.

OBJETIVO:

Definir procedimentos de gestão para o Processo de Concessão de Pensão Por Morte, visando conceder o benefício aos dependentes do segurado falecido com maior eficiência e eficácia. Sendo este por direito ao cônjuge ou companheiro (a), aos filhos não emancipados até 18 anos ou inválidos, aos pais, e irmãos sem renda ou inválidos.

TERMOS UTILIZADOS:

Ex-Segurados: Segurados ativos e inativos falecidos.

Pensionistas: Dependentes dos segurados.

§ 7º - A pensão por morte será paga de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável, nos seguintes termos:



1. DISPOSIÇÕES GERAIS

A execução do Processo de Concessão de Pensão por Morte deve seguir os métodos descritos neste Manual Normativo. O processo é realizado pelo setor de Coordenação de Benefícios.

2. EXECUTORES DOS PROCESSOS

Os procedimentos contidos neste manual aplicarão aos servidores integrantes dos seguintes departamentos do GJTPREVI:

Departamentos	Descrição
Coordenação de Benefícios	O GJTPREVI é responsável por realizar a execução de gerência, em especial, a tramitação de todo o processo.
Coordenadora Administrativa Previdenciária	O GJTPREVI é responsável por realizar atividades de apoio ao setor de coordenação.
Diretoria Executiva	Responsável pelo Despacho do processo
Administrativo Previdenciário (financeiro)	Responsável pelo Pagamento dos Benefícios



3. ANÁLISE PROCESSO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE:

a. ATENDIMENTO AO DEPENDENTE

O setor de Coordenação dos Benefícios fará o atendimento imediato ao dependente, no qual coletará as informações relativa ao ex-segurado e explicará como funciona o processo para concessão e quais os documentos necessários.

Esclarecerá que a pensão por morte é o benefício pago aos dependentes do segurado, mediante requerimento e documentação que comprove o vínculo ou dependência econômica.

b. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO

O responsável pela Coordenação de Benefícios esclarecerá que para concessão do benefício, o dependente precisará providenciar os seguintes documentos:

- a) Requerimento;
- b) RG e CPF do dependente;
- c) Comprovante de Residência;
- d) Certidão de Casamento ou Declaração União Estável (Averbado o óbito);
- e) Certidão de Óbito Autenticada;
- f) Documentos que comprovem a dependência do segurado e no caso de dependente menor ou inválido, apresentar documento de habilitação do beneficiário ou de seu representante legal.

c. ESCLARECIMENTO AO DEPENDENTE DO PROCESSO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE

Após o atendimento prévio, com toda juntada dos documentos, e certificação que o cadastro deste ex-segurado esteja com todos os dados atualizados, o responsável pelo departamento da área de concessão do benefício iniciará a



elaboração do requerimento do benefício.

O servidora responsável esclarecerá ao dependente que para concessão do referido benefício, os futuros beneficiários deverão protocolar junto a Coordenação de Benefício do GJTPREVI, o requerimento anexo aos documentos acima citados, no qual solicitará a pensão por morte. Caso o requerimento for protocolado em até 30 dias da data do óbito, o dependente passa a receber o benefício a partir do óbito, caso seja protocolado posterior a este período, receberá a partir da data do protocolo.

Se o valor for superior ao teto estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS - (INSS), o benefício será acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente. Existindo mais de um dependente, a pensão será rateada entre todos, em partes iguais. Se o segurado era obrigado ao pagamento de pensão alimentícia, a pessoa passará a receber a pensão em igualdade de condições com os demais dependentes.

Caso constata-se que o requerente não possui dependência econômica, o benefício é indeferido, podendo o mesmo recorrer via judicial.

4. TRAMITAÇÃO DO PROCESSO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE:

a. SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS AO RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO

Após a constatação do direito ao benefício, o servidor responsável pela Coordenação de Benefício solicitará, no caso de servidor ativo, ao Recursos Humanos do órgão que o mesmo é lotado a documentação de vida funcional do ex-segurado.

b. MONTAGEM DO PROCESSO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR MORTE

O procedimento de montagem acontecerá após a emissão e conferência de todos os documentos necessários para compor o processo de pensão por morte, onde na juntada documental o responsável pela Coordenação de



benefícios seguirá o índice de documentos obrigatórios para a concessão conforme determinação do TCE/RP.

O responsável pela Coordenação de benefícios assinará todas as páginas da montagem do processo de concessão de benefício.

c. EMISSÃO DA PLANILHA DE PROVENTOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

O responsável pelo departamento administrativo Previdenciário emitirá a planilha de proventos, no qual neste documento deverá conter o cálculo dos proventos, bem como, o rateio da pensão se caso existir mais de um dependente.

d. SOLICITAÇÃO DE EMISSÃO DO PARECER JURÍDICO

Quando recebida a documentação solicitada ao Recursos humanos, será efetuada a juntada dos documentos funcionais aos documentos anexos ao requerimento, no qual será realizada a análise e conferência das informações no Software Previdenciário e tramitado o processo ao setor Jurídico para formalização dos seguintes documentos:

- a) Emissão Parecer Jurídico;
- b) Elaboração Portaria de Concessão do benefício de Pensão por Morte.

e. DESPACHO DIRETORA EXECUTIVA

Após a montagem do processo, o responsável pela Coordenação de benefícios encaminhará este a Controladoria Interna do Município.

f. SOLICITAÇÃO PARECER DO CONTROLE INTERNO

Depois de homologado e autorizado pela Diretora Executiva, o processo será encaminhado para nova análise e emissão de parecer pelo setor de Controle Interno da prefeitura:

- Se detectado alguma irregularidade, o parecer pode ser contrário e as devidas providências deverão ser tomadas para regularização.



- Se entender que os documentos estão em conformidade, emitirá o parecer favorável a concessão do benefício de pensão por morte.

g. EMISSÃO DA PORTARIA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

Após o setor de controle interno retornar à tramitação do processo à Coordenação de Benefícios, a mesma realizará novamente a juntada documental e nova conferência realizando a continuidade do processo de concessão do benefício.

Neste momento será emitido o Ato Concessório e encaminhado para a Diretoria Executiva para coleta de assinaturas dos responsáveis.

h. PUBLICAÇÃO PORTARIA NO D.O.C

Logo após de coletada as assinaturas no Ato Concessório o setor de Coordenação de Benefícios fará a publicação do ato no Diário Oficial.

i. DAR CIÊNCIA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE AO DEPENDENTE

Após a execução de todas as etapas anteriores, o processo voltará para setor de Coordenação de Benefícios, que convocará todos os dependentes para a tomada de ciência da concessão do benefício requerido e entregará cópia do ato concessório, da publicação e planilha de proventos.

5. IMPLANTAÇÃO PROCESSO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE: CADASTRO DO BENEFÍCIO NA FOLHA DE PAGAMENTO

O responsável pelo departamento administrativo Previdenciário efetuará a cadastro do benefício no Software de Folha de Pagamento, onde ocorrerá a mudança do status do servidor para cadastro instituidor, e o cadastro de dependente passará para o departamento de pensionistas, no qual será implantado na folha de pagamento de pensionistas do GJTPREVI.

a. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA DO DEPENDENTE



Depois de cadastrado o benefício, o responsável pelo departamento administrativo Previdenciário iniciará o procedimento de abertura da conta bancária, dos dependentes para pagamentos dos benefícios.

6. ENVIO INFORMAÇÕES DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA AO TCE/RO.

Posteriormente a conclusão do processo físico, o responsável pela Coordenação de Benefícios digitalizará e enviará os documentos exigidos na Instrução Normativa n. 50/2017/TCE-RO via sistema FISCAP para homologação do processo de concessão do benefício de aposentadoria por parte do órgão fiscalizador dos RPPS no Estado de Rondônia, que ocorrerá através da publicação do Acórdão pelo TCE/RO.

7. PAGAMENTO EM FOLHA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

Após conclusão da tramitação para a concessão do benefício, o responsável pelo departamento da tesouraria efetuará o pagamento conforme valor contido na planilha de cálculo dos proventos.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

Em caso de constatação de erro(s) ou omissão(s) dos processos legais constante neste manual, por parte da equipe técnica referente a execução do processo, os mesmos serão notificados pelo departamento de Coordenação de Benefícios e Diretoria Executiva do GJTPREVI, a qual irá tomar as devidas providências legais para abertura de processo administrativo, para averiguação dos fatos e a efetivação de sanções/punições dos mesmos, caso comprovado o erro ou omissão, bem como afastamento destes das funções.

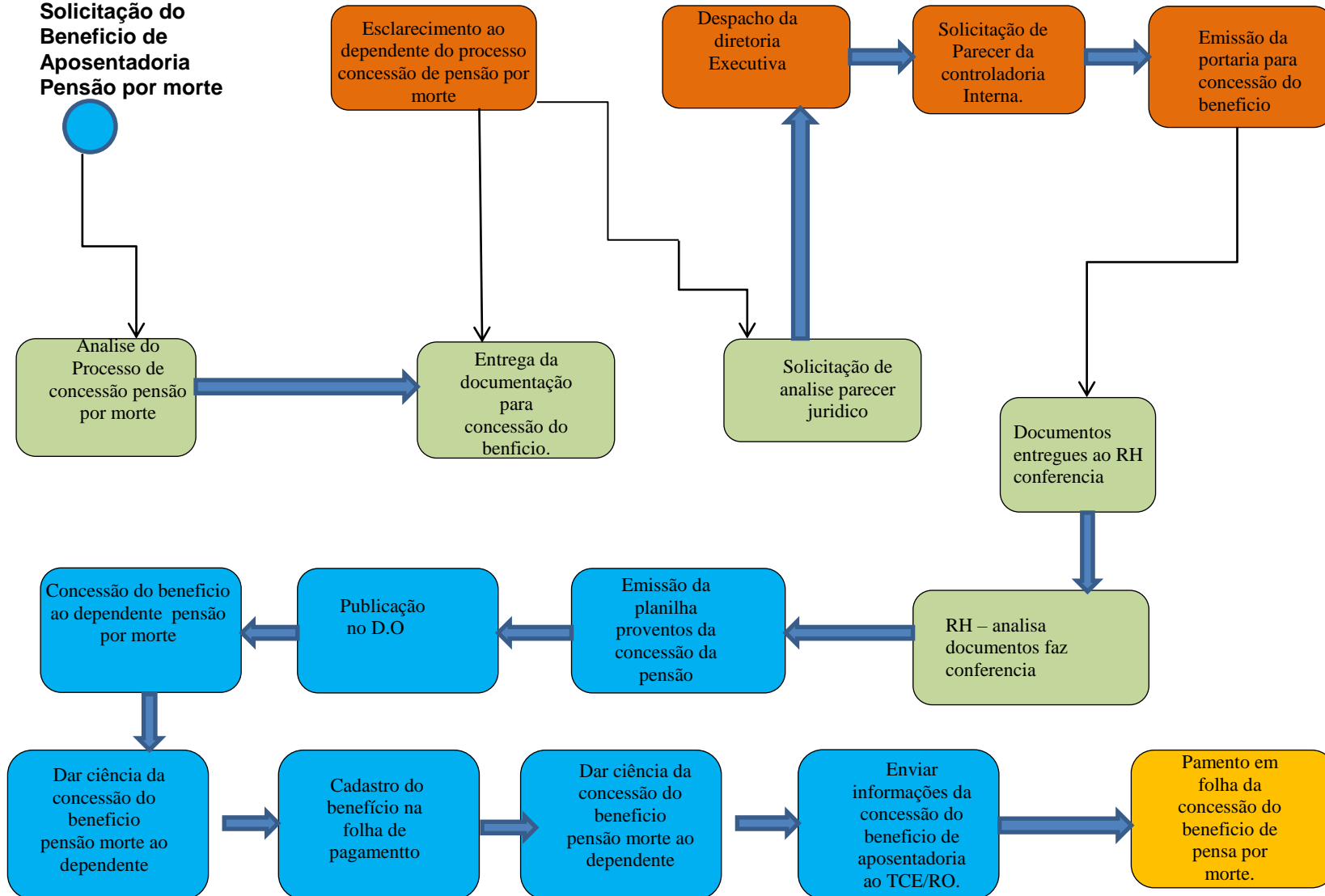
Governador Jorge Texeira/RO, 08 de Fevereiro de 2024.

Edivaldo Menezes
Presidente do GJTPREVI





Solicitação do Benefício de Aposentadoria Pensão por morte





GJTPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA
CNPJ 13.363.520/0001-00





MANUALIZAÇÃO DE PROCESSO: REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE

Processo: Revisão de Pensão Por Morte.

Unidade Gestora: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Governador Jorge Teixeira-RO-“GJTPREVI”.

Executora: Coordenação de Benefícios.

Unidade Atendida: Departamento Administrativo Previdenciário

1. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA: Lei Municipal Complementar nº 025, de 24 de novembro de 2022 e Constituição Federal 1988 no art. 40, §§ 2º e 7º.

2. OBJETIVO

Definir e padronizar procedimentos das atividades relativas ao atendimento de requerimentos administrativos recebidos, referentes aos dependentes dos servidores falecidos, no que diz respeito ao processo de Revisão de Pensão por Morte.

3. TERMOS UTILIZADOS

Ex-Segurados: Segurados ativos e inativos falecidos.

Pensionistas: Dependentes dos segurados.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

A execução do Processo de Revisão de Pensão por Morte deve seguir os métodos descritos neste Manual Normativo. O processo é realizado pelo setor de Coordenação de Benefícios.

5. EXECUTORES DOS PROCESSOS

Os procedimentos contidos neste manual aplicarão aos servidores integrantes dos seguintes departamentos do GJTPREVI:

Av. Pedras Brancas nº 939 – Centro – CEP 76.898-000 – Governador Jorge Teixeira – RO

Site: www.gjtprevi.ro.gov.br

e-mail: institutoprevidenciagjtprevi@gmail.com



Departamentos	Descrição
Diretoria Administrativa e Financeira	Área do GJTPREVI responsável por realizar a execução de gerência, em especial, a tramitação de todo o processo.
	Área da GJTPREVI responsável por realizar atividades de apoio ao setor de coordenação.
Diretoria Executiva	Responsável pelo Despacho do processo
	Responsável pelo Pagamento dos Benefícios

6. ANÁLISE DE PROCESSO DE REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE:

6.1. DEFINIÇÃO

As revisões de pensão por morte poderão ser realizadas através de requerimento do pensionista, por diligência dos órgãos de controle ou por determinação judicial.

É o direito do dependente solicitar nova análise de seu benefício para alterações de fundamentação legal ou cálculo de proventos de pensão.

6.2. REQUISITOS BÁSICOS

Para realização da revisão da pensão por morte, é necessário o atendimento de ao menos um dos requisitos descritos a seguir:

- a) Protocolização de requerimento de revisão pelo dependente ou representante legal;
- b) Emissão de Laudo homologado por junta médica oficial comprovando que o dependente é portador de doença especificada em Lei, se for o caso;



- c) Diligência emitida pela TCE/RO, orientando a revisão da pensão por morte;
- d) Determinação judicial para revisão da pensão por morte.

6.3. ATENDIMENTO AO BENEFICIÁRIO

O setor de Coordenação dos Benefícios fará o atendimento inicial, coletando as informações relativa a revisão, esclarecendo como o processo será regulamentado e os documentos necessários para a tramitação do benefício.

6.4. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REQUERER A REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE

A relação de documentos necessários para requerer a revisão dependerá dos requisitos descritos **no item 7.2**, no qual deverá constar no mínimo as seguintes informações:

6.4.1. Apresentar formulário de requerimento indicando tratar-se de Revisão de Pensão por Morte, com a devida justificativa para alteração e documentação comprobatória;

6.4.2. No caso de revisão de Pensão por Morte por invalidez apresentar o Laudo Médico, emitido por Junta Médica Oficial e assinado por, no mínimo, 3 (três) médicos, contendo:

- a) Data do início da doença;
- b) Nome doença, se houver enquadramento no § 1º, do art. 14, da Lei Municipal Complementar nº 025/2022.

6.5. PROCEDIMENTOS PARA RECEBIMENTO DE DEMANDA DE REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE

6.5.1. POR REQUERIMENTO APRESENTADO PELO DEPENDENTE

Quando o dependente requerer a Revisão da Pensão por Morte, o servidor responsável pelo setor de coordenação de benefícios receberá o documento e verificará a suficiência da documentação apresentada de acordo com o motivo da revisão descrito no requerimento.



Em caso de insuficiência de documentação, solicitará complementação ao beneficiário, mediante comunicação oficial (e-mail ou Ofício com AR).

Caso esteja correto, protocolará o referido requerimento.

6.5.2. POR INDICAÇÃO EM LAUDO DE JUNTA MÉDICA, NOS CASOS DE PENSÃO POR MORTE DE DEPENDENTE INVÁLIDO

Quando a demanda de Revisão de Pensão por Morte for por indicação em laudo de junta médica, o segurado responsável pelo setor receberá o Laudo Médico, informará ao beneficiário, mediante comunicação oficial (e-mail ou Ofício com Aviso de Recebimento – AR), informando os motivos da revisão e solicitando, se necessário, documentação complementar.

6.5.3. POR DILIGÊNCIA OU DETERMINAÇÃO EXPRESSA DO TCE/RO

No caso da Revisão da Pensão por Morte se der através de comunicação do TCE, o responsável pelo setor de coordenação de benefícios deverá informar o dependente, mediante comunicação oficial (e-mail ou Ofício com Aviso de Recebimento – AR), informando os motivos da revisão e solicitando, se necessário, documentação complementar.

6.5.4. POR DECISÃO JUDICIAL

Em caso da Revisão da Pensão por Morte se tratar de Decisão Judicial, o responsável pelo setor receberá a documentação pertinente e o Parecer de força executória da Procuradoria competente, em seguida informa o dependente, mediante comunicação oficial (e-mail ou Ofício com Aviso de Recebimento – AR), informando os motivos da revisão e solicitando, se necessário, documentação complementar.

7. TRAMITAÇÃO DO PROCESSO DE REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE:

7.1 SOLICITAÇÃO DE EMISSÃO DO PARECER JURÍDICO

Quando recebida a documentação protocolada pelo dependente solicitando a revisão do benefício, será efetuada a juntada dos documentos funcionais aos documentos anexos ao requerimento, no qual será realizada a análise e conferência das informações no Software Previdenciário e tramitado o processo ao setor de



Assessoria Jurídica para formalização dos seguintes documentos:

- a) Emissão Parecer Jurídico;
- b) Revisão do Cálculo do valor dos proventos;
- c) Elaboração Portaria de Revisão do benefício de Pensão por Morte.

7.2 EMISSÃO DA PORTARIA DE REVISÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

Após o setor jurídico retornar à tramitação do processo à Coordenação de Benefícios, a mesma realizará novamente a juntada documental e nova conferência realizando a continuidade do processo de revisão do benefício.

Neste momento será emitido o Ato Concessório e encaminhado para a Diretoria Executiva para coleta de assinaturas da Diretora Executiva do GJTPREVI e do Prefeito Municipal se for o caso.

7.3 PUBLICAÇÃO DA PORTARIA NO D.O.

Logo após de coletada as assinaturas no Ato Concessório o setor de Coordenação de Benefícios fará a publicação do ato no D.O..

7.4 EMISSÃO DA PLANILHA DE PROVENTOS DE REVISÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

O responsável pelo departamento administrativo Previdenciário emitirá a planilha de proventos, no qual neste documento deverá conter o cálculo dos proventos, bem como, o rateio da pensão se caso existir mais de um dependente.

7.5 MONTAGEM DO PROCESSO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

O procedimento de montagem acontecerá após a emissão e conferência de todos os documentos necessários para compor o processo de revisão de pensão por morte, onde na juntada documental o responsável pela Coordenação de benefícios.

7.6 DESPACHO DIRETORA EXECUTIVA

Após a montagem do processo, o responsável pela Coordenação de benefícios encaminhará este a Diretora Executiva para homologar o processo de revisão de pensão por morte.



A Diretora Executiva autorizará o envio do referido documento ao departamento de Controladoria Interna do Município.

7.7 SOLICITAÇÃO PARECER DO CONTROLE INTERNO

Depois de homologado e autorizado pela Diretora Executiva, o processo será encaminhado para nova análise e emissão de parecer pelo setor de Controle Interno da prefeitura, no qual poderá existir as seguintes situações:

7.7.1. Se detectado alguma irregularidade, o parecer pode ser contrário e as devidas providências deverão ser tomadas para regularização.

7.7.2. Se entender que os documentos estão em conformidade, emitirá o parecer favorável a revisão do benefício de pensão por morte.

7.8. DAR CIÊNCIA DA REVISÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE AO DEPENDENTE

Após a execução de todas as etapas anteriores, o processo voltará para setor de Coordenação de Benefícios, que convocará todos os dependentes para a tomada de ciência da revisão do benefício.

8. IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE:

8.1. ATUALIZAÇÃO DA REVISÃO DA PENSÃO POR MORTE NA FOLHA DE PAGAMENTO

O responsável pelo departamento administrativo Previdenciário efetuará a atualização do benefício no Software Previdenciário, e o mesmo será atualizado na folha de pagamento do GJTPREVI.

8.2. ENVIO INFORMAÇÕES DA REVISÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE AO TCE/RO.

Posteriormente a conclusão do processo físico, o responsável pela Coordenação de Benefícios enviará via sistema FISCAP para homologação do processo de revisão do benefício de pensão por morte por parte do órgão fiscalizador dos RPPS no Estado de Rondônia, que ocorrerá através da publicação do Acórdão pelo TCE/RO.



8.3. PAGAMENTO EM FOLHA DA REVISÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

Após conclusão de todo o tramite para a revisão do benefício, o responsável pelo departamento da tesouraria efetuará o pagamento conforme valor contido na planilha de cálculo dos proventos de pensão.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

Em caso de constatação de erro(s) ou omissão(s) dos processos legais constante neste manual, por parte da equipe técnica referente a execução do processo, os mesmos serão notificados pelo departamento de Coordenação de Benefícios e Diretoria Executiva do GJTPREVI, a qual irá tomar as devidas providências legais para abertura de processo administrativo, para averiguação dos fatos e a efetivação de sanções/punições dos mesmos, caso comprovado o erro ou omissão, bem como afastamento destes das funções.

Governador Jorge Teixeira – RO, 08 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO DE MENEZES
Presidenmte do GJTPREVI



Solicitação do Benefício de Pensão por morte revisão

